

Processos de Governamentalização e a Atualidade Educacional: a liberdade como eixo problematizador



Julio Groppa Aquino
Cintya Regina Ribeiro

RESUMO - Processos de Governamentalização e a Atualidade Educacional: a liberdade como eixo problematizador. O presente artigo propõe uma atenção analítica, no domínio da pesquisa educacional, aos processos de governamentalização em curso na atualidade escolar, apontando para as relações simultâneas e indissociáveis entre poder e liberdade, na acepção foucaultiana. Por meio de quatro pesquisas levadas a cabo junto à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, analisa-se a articulação entre as tecnologias de si e determinados acontecimentos escolares cotidianos. O foco teórico-metodológico volta-se, portanto, à problematização das estratégias de governo da alma tanto discente quanto docente, as quais atuam, sobretudo, por meio da convocação psicologizante ao exercício de uma liberdade intimizada e autorregulatória por parte dos sujeitos escolares.

Palavras-chave: Processos de governamentalização escolares. Governo da alma. Liberdade. Poder.

ABSTRACT - Governmentalization Processes and Education in Present Times: nes normative modulations. This article proposes an analytical attention, in the domain of educational research, to the processes of governmentalization that take place in school practices nowadays, pointing out to the simultaneous and inseparable relationship between power and freedom in the foucaultian approach. Presenting four studies carried out at the School of Education of University of São Paulo, it examines the articulation between the technologies of the self and certain everyday school events. The theoretical and methodological approach focuses, therefore, the problematization of the strategies of students and teachers government of the soul, which work mainly by the psychologizing convocation towards a practice of an intimate and self-regulatory freedom by school subjects.

Keywords: School governmentalization processes. Government of the soul. Freedom. Power.

Processos de governamentalização e a atualidade educacional: a liberdade como eixo problematizador

A liberdade não é surda-muda, nem paralítica.
Ela vive, ela fala, ela bate as mãos, ela ri,
ela assobia, ela clama, ela vive da vida.
Machado de Assis, 27/11/1892

No início da década de 1990, José Mário Pires Azanha apontou uma dupla marca da produção acadêmico-educacional brasileira que parece ecoar nas modalidades de pesquisa na área no presente: de um lado, um afã cientificista, baseado numa aposta no progresso tecnológico como redenção dos males educacionais por meio do emprego de procedimentos de ensino supostamente mais adequados e eficazes, desembocando no praticismo pedagógico; de outro, a partir de uma forte motivação politizante entremeada ao que o autor denomina “indigência descritiva”, um apego a análises denunciadoras das contradições educacionais do país, redundando no abstracionismo pedagógico, designado por Azanha (1992) como um modo de ajuizar o estado de coisas na educação que “tenta dar conta do real, não a partir de um princípio, mas *instalando-se* nele e desprezando a própria realidade, como se ‘a verdade fosse uma moeda cunhada’” (p.51).

Para além da encruzilhada praticismo/abstracionismo, o autor convocava os estudos voltados à cotidianidade escolar como uma tendência promissora de conceber e de efetivar o trabalho investigativo na área, sem que isso significasse obrigatoriamente um aval de véspera às pesquisas com esse timbre. A seu ver, o divisor de águas seria a coerência descritivo-explicativa do estudo, e não sua afiliação formal, tanto menos seus fins pragmáticos ou suas intenções de desvelamento ideológico.

Logo em seguida, duas outras publicações consecutivas, organizadas respectivamente por Tomaz Tadeu da Silva (1994) e por Alfredo Veiga-Neto (1995), tornar-se-iam emblemáticas de uma inquietação semelhante, mas não coincidente à de Azanha, legando ao campo educacional outro patamar de problematização da pesquisa e da prática aí levadas a cabo.

Tratava-se, então, de formular os pilares político-filosóficos daquilo que se convencionou nomear genericamente tendência *pós-crítica*, ou *pós-estruturalista* em educação, a qual teria a obra de Michel Foucault como uma de suas fontes primeiras de sustentação teórica; mais tarde, viriam se somar também a de Gilles Deleuze (e Félix Guattari) e, mais esporadicamente, a de Jacques Derrida.

Estavam delineadas, então, as condições para uma superação possível tanto dos ditames epistemológicos impostos pela tradição científico-iluminista hegemônica, quanto dos crivos político-ideológicos determinados pelas vertentes críticas, que não mais encontrariam guarida irrestrita no universo da pesquisa educacional. Com efeito, estava dada a largada para uma interpelação sem precedentes dos saberes típicos do campo pedagógico, quer de natureza

cientificista, quer de ordem salvacionista – ambos padecendo da mesma intencionalidade doutrinária e intervencionista.

Não obstante a inegável contribuição de Azanha, o deslocamento operado pelos teóricos *pós-críticos* em relação aos seus questionamentos remete à obrigação autoimpingida de problematizar não apenas os limites e lacunas epistemológicas das pesquisas educacionais, mas as afiliações político-filosóficas de tais produções e, particularmente, as relações de dominação aí subjacentes. Desta feita, trata-se de focalizar não (apenas) a lógica argumentativa dos estudos em pauta, mas de circunscrevê-los segundo sua articulação intrínseca com as práticas de poder correntes e, em particular, seu nexos governamentalizador.

Com efeito, a designação *pós-crítico* não expressaria um sentido de negação, mas de ultrapassagem do pensar e agir críticos. Segundo Tomaz Tadeu da Silva (2002), haveria um esgotamento das teorias críticas em curso desde a década de 1970, materializado em certa reiteração imobilista das idéias aí em voga, sem que se possa, com isso, menosprezar o impacto e significado que elas tiveram no cenário educacional até o início da década de 1990. Em que pese seu valor histórico, é inegável que a entrada em cena dos pensadores franceses de orientação pós-estruturalista abalaria indelevelmente as fundações dogmáticas e, em especial, os horizontes redentores da ação e do pensamento críticos.

Segundo Marlucy Alves Paraíso (2004), os estudos pautados na abordagem *pós-crítica*, a despeito de sua dispersão e multiplicidade, teriam em comum: 1) a abertura e a multiplicação dos sentidos atribuídos a certas temáticas educacionais canônicas; 2) a refração a explicações totalizadoras dos fenômenos educativos; 3) o desinteresse por conhecimentos pretensamente mais legítimos ou por modos mais adequados de ensinar; 4) o questionamento de determinados pressupostos presentes nos estudos a cargo dos pesquisadores alinhados à tendência crítica; 5) enfim, a desnaturalização de certos regimes de verdade que, historicamente, teriam encontrado no campo pedagógico um terreno fértil para sua sedimentação e proliferação.

Disso decorre que as linhas temáticas mais exploradas nessa vertente, de modo ora isolado ora articulado, têm tomado diversos caminhos, desde o embate sem trégua com os modos consagrados de levar a cabo a pesquisa acadêmica em educação, até a análise de diferentes objetos teóricos, dentre eles: as teorias pedagógicas em voga; as reformas educacionais recentes; o impacto da mídia educativa; as conturbadas relações de gênero; além do próprio currículo, esse desconstruído e ressignificado de incontáveis maneiras. Daí ser possível assumir que o campo dos estudos curriculares foi um dos mais alvejados pela investida *pós-crítica*.

Assim, pode-se afirmar que a perspectiva *pós-crítica* apresenta-se como uma resposta mais do que consistente aos espectros aplicacionista e abstracionista, diagnosticados por Azanha, que persistem na pesquisa educacional, tendo em vista a performatividade dos saberes aí em curso que, não

obstante sua contingência e arbitrariedade, se tornam catalisadores de determinadas práticas de poder/subjetivação as quais exigem ser interrogadas, caso estejamos dispostos a conferir outros horizontes ético-políticos ao presente escolar.

Nesse sentido, sugere-se, aqui, uma atenção analítica aos processos de governamentalização em curso na atualidade escolar, apontando para as relações simultâneas e indissociáveis entre poder e liberdade, na acepção foucaultiana.

Tal proposição justifica-se na medida em que as práticas escolares têm operado deslocamentos múltiplos em relação ao quadro normativo/normalizador dos usos e dos costumes escolares, cujo enfrentamento analítico poderia evidenciar matizes outros da materialidade normativa do campo pedagógico contemporâneo. Trata-se, em suma, da problematização das estratégias de governo da alma tanto discente quanto docente, as quais atuam, sobretudo, via a convocação psicologizante ao exercício de uma liberdade intimizada e autorregulatória por parte dos sujeitos escolares.

Os relevos da governamentalidade: a liberdade como problema

O conceito de governamentalidade, uma das proposições foucaultianas mais fecundas, é tomado como *leitmotiv* do presente artigo, a despeito de, na maior parte do tempo, preferirmos a expressão *processos de governamentalização*. Isso porque, a nosso ver, se trata de uma marcha contínua, uma sequência prolongada de operações, sempre a se refazer; mais precisamente, uma tecnologia sempre em uso, nos termos do próprio Foucault (2004b).

Sobre ela, o pensador francês dirá sumariamente: “Esse contato entre as tecnologias de dominação sobre os outros e as tecnologias de si, eu chamo de governamentalidade” (2004b, p.324). Objetivação do sujeito, no primeiro caso; subjetivação, no segundo.

Jorge Ramos do Ó (2007) aponta que, por meio do conceito de governamentalidade, torna-se possível uma apreensão das relações de poder tanto no plano individual, quanto na trama social. O que está em causa é, precisamente, a gestão das populações como objetivo das tecnologias de poder, por meio das dinâmicas tanto de individualização quanto de totalização, sendo ambas correspondentes a um único e mesmo processo de governo.

O conceito de governamentalidade passa, assim, a figurar como uma espécie de dobradiça articuladora dos domínios “ser-poder” e do “ser-consigo”, de acordo com a terminologia adotada por Alfredo Veiga-Neto (2003) acerca dos três grandes domínios analíticos em Foucault.

Ressalte-se, ainda, que é precisamente pelos processos de governamentalização que se perfaz um duplo golpe: a regulamentação das con-

dições de vida das populações e a disciplinarização da existência de seus componentes individuais. Trata-se de compatibilizar dois níveis paralelos e complementares de gestão social da vida: o anátomo-político, por meio do disciplinamento do corpo-máquina, e o biopolítico, por meio da regulamentação do corpo-espécie (previsões, estatísticas, medições globais etc.). Daí que os processos de governamentalização constituiriam o ponto exato de articulação das tecnologias de si e de dominação sobre os outros.

A mobilidade dessa dobradiça conceitual evidencia-se, por exemplo, na síntese foucaultiana de que o poder se exerce como condução de condutas. Sustenta o pensador: “A ‘conduta’ é, ao mesmo tempo, o ato de ‘conduzir’ os outros [...] e a maneira de se comportar num campo mais ou menos aberto de possibilidades. O exercício do poder consiste em ‘conduzir condutas’ e em ordenar a probabilidade” (Foucault, 1995, p. 243-244).

Ao tomar o exercício do poder como esse conjunto de ações sobre ações possíveis, atentando para um campo de relações em detrimento de supostas substancializações estruturais, Foucault forja uma analítica mais afeita à idéia de paisagens em movimento do que à de retratos estruturais. Por meio de tal mobilidade, as estratégias de poder organizar-se-iam não como respostas imediatas a necessidades contextuais, mas a partir de eventualidades daí desdobradas. Nem causa, nem efeito, pois. Ou seja, estaríamos diante de uma espécie de *menu* de probabilidades de ações que se abrem ao tempo futuro, pressupondo, assim, a articulação entre os modos de condução dos outros e de si próprio. Trata-se, em suma, do ato de governar.

Por conseguinte, a gestão de um campo de probabilidades de conduta demanda necessariamente o reconhecimento da insubmissão da liberdade. Dessa feita, poder e liberdade não se definem por uma relação de exclusão, segundo a qual o exercício do primeiro implicaria a neutralização ou o desaparecimento da segunda. Ao contrário, nos rastros do próprio Foucault, trata-se de

[...] um jogo muito mais complexo: neste jogo a liberdade aparecerá como condição de existência do poder (ao mesmo tempo sua precondição, uma vez que é necessário que haja liberdade para que o poder se exerça, e também seu suporte permanente, uma vez que se ela se abstraísse inteiramente do poder que sobre ela se exerce, por isso mesmo desapareceria) (1995, p. 244).

Reciprocamente constituídos e mutuamente constituintes, poder e liberdade instauram-se como uma dupla tecnologia de gestão da vida, por meio dos processos de governamentalização que investem e de que são investidos.

No que diz respeito à produção das pesquisas educacionais sob a rubrica dos estudos foucaultianos, parece-nos necessária a problematização das condições de liberdade que são inerentes às relações de poder no quadrante escolar – sem o que uma possível romântica eleição da liberdade como estado *a priori* de isenção do poder tornar-se-ia vetor de fragilização dos pilares teórico-metodológicos de tais estudos.

A premissa da liberdade como condição de largada para os estudos sobre os processos de governamentalização educacional ancora-se num mote oferecido pelo próprio Foucault (1995): “No centro da relação de poder, ‘provocando-a’ incessantemente, encontra-se a recalitrância do querer e a intransigência da liberdade” (p. 245).

É na sustentação desse jogo de retroalimentação e de mútua provocação entre poder e liberdade que o ato de governar se torna possível. Trata-se, portanto, do vetor indefectível da liberdade instigando linhas de escape e forçando novas coordenadas e investimentos de força ao poder. De modo simultâneo e complementar, trata-se da sofisticação intensiva dos agenciamentos de poder incitando insubordinação, resistência e, quiçá, criação.

Deixar fluir as possibilidades de liberdade, calcular sua probabilidade de emergência e cartografar seus movimentos fáticos tornam-se, na perspectiva da governamentalização das sociedades liberais contemporâneas, a via arterial que nutre as estratégias de controle. Assim, é essa condição de falibilidade do poder que, de modo engenhoso, lhe confere seu vigor (Foucault, 2003).

Tal modo de gestão das condutas atua segundo um equilíbrio instável. Ramos do Ó (2003) sintetiza esse movimento governamentalizador com precisão:

As soluções encontradas para um segmento da realidade tendem a se tornar dificuldades para outro. O conhecimento acumulado sobre as coisas, as pessoas e os acontecimentos não evita, bem pelo contrário, que eles respondam de forma diferente da esperada. [...] A tese da imperfeição permanente justifica que a acção do poder se amplie (p. 34-35).

Essa fluidez incapturável impõe limites estritos à lógica da dominação, decretando a necessidade de o poder acionar movimentos incessantes de (auto)regulação. Trata-se, enfim, de uma espécie de inacabamento compulsório das relações de poder, responsável, por sua vez, pela vitalidade que lhes é característica. Uma vitalidade que, paradoxalmente, tem a liberdade como fonte e, ao mesmo tempo, barreira.

Processos de subjetivação e modulações normativas

Segundo Foucault (1999), a gestão da vida nas sociedades liberais se instauraria por meio da ação conjugada entre mecanismos disciplinares e regulamentadores. Esclarece o autor: “A sociedade de normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação” (p. 302). O ordenamento disciplinar racionalizaria as condutas individuais, tornando-as úteis, por meio da aderência ao padrão normativo, ao passo que a gestão governamentalizadora controlaria as condições da existência por meio do cálculo do (im)provável, regulamentando o espectro de variabilidade das condutas das populações em relação à norma.

Ao trazer o vetor da liberdade para o âmbito da condução de condutas, Foucault impele-nos a pensar que, na governamentalidade, a normalização funcionaria segundo outra economia de poder. Se os regimes disciplinares privilegiavam a condição de fixidez da norma, esquadrinhando os indivíduos de acordo com os nichos normal/anormal, a investida governamentalizadora, por sua vez, aciona o efeito modular da norma, mapeando e recolhendo a multiplicidade de ações emergentes em determinado plano (sempre contingencial) de possibilidades de condutas.

Nessa perspectiva, a ativação de saberes/poderes que convocam os sujeitos cada vez mais ao exercício de uma liberdade subjetivada desponta como estratégia nuclear de governamentalização na atualidade, fazendo multiplicar as modulações normativas em toda parte. Daí a maquinaria contemporânea da *libertação*, transformando a liberdade, paradoxalmente, num estado subjetivo essencialista e, por isso, território de disputa com vistas à colonização última da forma homem: sua alma.

É nesse sentido que os processos de psicologização da vida, constituídos pelos e constituintes dos processos contemporâneos de governamentalização, configuram-se como um dos mais potentes recursos de normalização que têm atualizado os agenciamentos de poder, na chave de uma liberdade intimizada e auto-regulatória. Vejamos um exemplo disso, a seguir.

No estudo intitulado *A invenção do psicológico*, Luís Cláudio Figueiredo, ao traçar os marcos da subjetividade num arco temporal de quatro séculos (de 1500 a 1900), evoca três contingências que caracterizariam o século XIX: os princípios econômicos e políticos do liberalismo e do individualismo; os movimentos românticos que configuraram os campos da filosofia e das artes; e a organização da sociedade fundamentada no poder disciplinar, tal como diagnosticada por Foucault. De acordo com Figueiredo, “o espaço psicológico, tal como hoje o conhecemos, nasceu e vive precisamente da articulação conflitiva daquelas três formas de pensar e praticar a vida em sociedade” (2002, p. 129).

Tal conflito remeteria a uma tensão paradoxal, de acordo com a qual as demandas da vida pública e da vida privada concorreriam de forma inevitável, sendo necessário postular a irrevogabilidade da privacidade como condição de humanização e, ao mesmo tempo, princípio de arbitragem frente aos dilemas do mundo público.

A distinção entre vida pública e vida privada parece, por força retórica, salvaguardar uma zona de conforto teórico reservada, de um lado, a um sujeito transcendente e, de outro, a uma substância supostamente desde sempre presente: a razão – essa compreendida como guardiã da liberdade. Ora, a cilada histórica aí subjacente induz a uma inferência passível de equívoco: ao trazer à baila a opressão da alma individual e pedir passagem a uma liberdade subjetivada, as tecnologias psicológicas pretendem constituir uma blindagem humanista de proteção do indivíduo frente à opressiva marcha normalizadora do mundo social. Situada na tribuna psicológica como espaço porta-voz da subjetividade, a

liberdade assim proclamada parece emergir isenta de quaisquer relações com o poder – o que resulta insustentável no confronto com o pensamento de Foucault sobre o homem.

Segundo Castro (2004), “la noción foucaultiana de libertad se sitúa, en primer lugar, en el abandono de este mito humanista de una esencia del hombre. La libertad foucaultiana no es del orden de la liberación, sino de la constitución.” (p. 201).

Do ponto de vista de Foucault, se é obrigado a admitir que a singularidade dos processos de governamentalização conecta as tecnologias psicológicas dessa liberdade subjetivada a outros filamentos de poder, dentre eles, os próprios saberes psi. Esses teriam por função a implicação do corpo e da alma, agora no horizonte da população, desenhando novas modulações à gestão dos viventes, por meio da reordenação das práticas sociais em torno do imperativo do si.

Operando uma crítica radical desse imperativo, Nikolas Rose discute amplamente o hiperinvestimento na subjetivação a partir do uso de tecnologias de si orientadas por saberes psicologizantes. Em um de seus estudos, refere-se ao ser psicológico como “a interioridade que tem sido dada aos humanos por todos esses projetos que buscam conhecê-los e agir sobre eles a fim de dizer-lhes sua verdade e tornar possível seu aperfeiçoamento e sua felicidade.” (2001, p. 197). Ponto pacífico, a noção de interioridade psicológica é uma invenção que se converte em força substantivada, conferindo legitimidade aos saberes psi que a formularam. Trata-se de saberes e de subjetividades que se produzem mutuamente, naturalizando-se nas relações de poder e, sobretudo, tornando invisível a invenção de uma liberdade subjetivada como recurso capital de governamentalização. O autor ainda afirma ironicamente que o ideal da liberdade se prestaria a inspirar projetos de emancipação em nome dos quais “viemos a autorizar tantas autoridades para nos ajudar no projeto de sermos livres de qualquer autoridade menos a nossa própria” (2001, p. 198).

Na trilha aberta por Rose, é possível afirmar que o cotidiano educacional faz espriar determinadas modulações normativas por meio, sobretudo, desse afã psicologizante. Vejamos como isso se dá.

Van der Horst e Narodowsky (1999), após efetuarem uma análise genealógica dos dispositivos educacionais de poder/saber, concluem que a escola contemporânea parece operar sobre os escombros do ideário pedagógico moderno, esse centrado na tarefa de diagnosticar e de corrigir as anomalias humanas, bem como, dependendo das circunstâncias, de eliminá-las. Agora, tratar-se-ia de uma pedagogia da multiplicidade, segundo a qual a intervenção escolar não mais se firmaria pelo conflito, mas pelo consenso; não mais pela imposição, mas pela participação; não mais pela segregação, mas pela inclusão. Daí o veredicto de uma transmutação sensível no diagrama das relações de poder e de subjetivação nas escolas.

Para melhor compreender tal investida, é preciso perspectivar as estratégias governamentalizadoras aí em ação. Isso porque, na contemporaneidade pedagógico-escolar, não se trata apenas de “vigiar e punir” a anormalidade, mas

também de convertê-la em diversidade biopolítica, por meio de uma espécie de inclusão preventiva da diferença (Veiga-Neto, 2001). Dito de outro modo, os fazeres escolares visariam não apenas à exclusão dos diferentes, mas à adesão voluntária de todos; não apenas à coerção do disciplinamento, mas à cooptação do controle; não apenas à contenção física dos corpos, mas à incitação da coletividade rumo a ideais consensuais.

Donde uma educação intensamente psicologizante, donatária de um projeto humanista de melhoramento das pessoas e das coisas. Educação que não mais se restringiria a remediar danos, voltando-se intensivamente à antevisão dos riscos, a fim de preveni-los. Estaríamos, assim, diante de um complexo de estratégias cada vez mais difusas de controle da conduta alheia, agora em suas dimensões mais recônditas. Na acepção precisa de Rose: governo da alma.

Essa saturação psicologizante da vida escolar tem sido efetivada de forma a corroborar a tese de que a liberdade do sujeito representaria um valor em si, cuja defesa arregimentaria a luta dos educadores contra o poder. Dessa feita, destituir a liberdade de uma suposta natureza virtuosa e ensimesmada, apreendendo-a de modo relacional, conectivo e necessariamente conflitivo, firma-se como tarefa daqueles que se dispõem a analisar empiricamente os processos de governamentalização escolar na atualidade educacional. Eis nosso desígnio a seguir.

Os contornos da governamentalidade pedagógico-escolar

Ensinar aos alunos. Disciplinar os alunos. Avaliar os alunos. Formar homens. Conhecer a alma dos futuros homens. Ensinar aos formadores. Disciplinar os formadores. Avaliar os formadores. Formar homens que formam os futuros homens. Conhecer a alma dos formadores. Governamentalizar.

Repetição e circularidade: dois movimentos justapostos que parecem organizar as condutas no campo educacional na atualidade. Uma vez fixadas as regras dos jogos educacionais amplamente formativos, acomodam-se as variâncias dos estilos dos fazeres pedagógicos, sendo subsumidas às múltiplas modulações normativas aí em operação.

O caráter reiterativo e circular, seja do trabalho pedagógico-escolar, seja das reflexões suscitadas pelas pesquisas educacionais, ou ainda da ação das políticas públicas, não pode ser tomado como mero espelhamento da *realidade* das práticas educacionais disponíveis. Ele é um dos efeitos performativos da governamentalização do campo e, por tal razão, poderia ser tomado como objeto de atenção analítica por parte dos pesquisadores da educação de orientação foucaultiana.

Atentos aos efeitos de reiteração e de circularidade no que concerne a temáticas usuais no campo educacional, destacamos quatro pesquisas realizadas junto à Faculdade de Educação da USP. Em ordem cronológica: *Jovens*

indisciplinados na escola: quem são? Como agem? (Aquino, 2005); *Subjetivações e formação docente: uma perspectiva foucaultiana* (Mussi, 2005); *Vidas autônomas, almas controladas: avaliação como dispositivo de governamentalidade* (Pasta, 2005); *A experiência do pensamento em Michel Foucault: conversações com o campo educacional* (Ribeiro, 2006).

Indisciplina discente, formação docente, políticas de avaliação e o estatuto do conhecimento escolar: quatro temáticas recorrentes analisadas de acordo com um alinhamento teórico-metodológico com a perspectiva foucaultiana da governamentalidade. Seus principais eixos de argumentação, a seguir:

Aquino (2005) busca examinar empiricamente as práticas discentes tidas como disfuncionais e/ou desagregadoras do funcionamento escolar cotidiano. O foco analítico recai sobre a sucessão de disrupções (por meio das ocorrências disciplinares) levadas a cabo durante um ano letivo em uma escola pública de ensino médio. Tratou-se de perscrutar as marcas concretas dos atos indisciplinados, esses em geral diagnosticados como sintomas de subjetividades transgressoras. Os resultados da investigação apontaram para um cotidiano atravessado, jamais sobredeterminado, por pequenos delitos, mormente contra as normas escolares *stricto sensu*, que em nada se assemelham à imagem hiperbólica que se tem de um interior escolar ora desordenado, ora violento. Segundo o pesquisador, se partirmos da evidência de que a maior parte das ocorrências disciplinares volta-se contra as próprias normas internas instituídas, torna-se necessário indagar sobre a própria legitimidade delas. Em certo sentido, os atos transgressivos sinalizariam tão-somente o desafio histórico de nos debruçarmos sobre as mutações da normalização pedagógico-escolar contemporânea, essa nitidamente marcada pelo esquadrinhamento psi.

Mussi (2005) propõe-se a dar visibilidade aos modos de subjetivação docente no contexto do domínio formativo em serviço, problematizando as idéias de sujeito e de formação pressupostas nos discursos educacionais orientados pelas vertentes crítico-reflexivas. De acordo com a autora, tais abordagens concebem a prática formativa como destinada a produzir alguma forma de emancipação nos professores, cujas subjetividades se encontrariam supostamente corrompidas por algum sistema de poder. Nesse sentido, a formação crítico-reflexiva se atribui a tarefa de se opor aos mecanismos de dominação em curso na vida social. Na contramão de tais premissas, o estudo aponta que, a despeito de seu caráter “aberto”, o domínio formativo se constitui como um intrincado dispositivo de poder, fixando os professores a modelações identitárias pré-estabelecidas. Tais experiências não se restringiriam à escola, mas dialogariam com estratégias governamentalizadoras mais globais em curso na vida contemporânea.

Pasta da Silva (2005) analisa algumas noções correntes sobre avaliação educacional, especificamente aquelas realizadas no interior escolar com o intuito de controlar as aprendizagens. Tomando a avaliação como um dispositivo ao mesmo tempo disciplinar e regulamentador, a autora analisa o modo como as

relações poder/saber são produzidas nos mais diferentes âmbitos da vida, sustentando práticas que normalizam e distribuem diferencialmente a população nos espaços sociais autorizados, também e sobretudo na escola. O estudo argumenta que o dispositivo da avaliação torna-se fundamental em relação às tecnologias de governamentalidade atuantes nas sociedades contemporâneas, na medida em que incita os indivíduos à auto-regulação, à autonomia e ao autogoverno, frente às demandas de um mundo em processo de desregulamentação. Conclui que outro efeito do dispositivo avaliativo, além da normalização da existência dos indivíduos, é o da produção incessante da própria demanda avaliativa, sustentada por saberes e por técnicas cada vez mais especializadas.

Ribeiro (2006) busca aproximar a concepção de pensamento na obra de Foucault ao âmbito do conhecimento educacional. Por meio de uma genealogia da linguagem, o estudo faz emergir a questão filosófica radical proposta pelo filósofo, a qual remete à experiência ético-estética e política do pensamento, como ato afirmativo. A pesquisa busca, primeiramente, problematizar o princípio do conhecer como lastro exclusivo do processo educacional, cujo fundamento remeteria à soberania do sujeito, da razão e da verdade. Do ponto de vista das práticas pedagógicas, a organização curricular pautada na premissa de que o trabalho do conhecimento levaria ao esclarecimento e esse, por sua vez, à formação da atitude crítica, ainda tem sido a marca das propostas curriculares conduzidas pelas políticas públicas contemporâneas. O deslocamento proposto por Foucault, a partir da problematização da própria atitude filosófica na atualidade, desestabilizaria os cânones tanto do pensamento filosófico quanto do educacional. Destarte, as questões acerca do pensamento dialogariam com as demandas curriculares numa chave não prescritiva, convocando os fazeres curriculares à exploração de outras linguagens, de outras materialidades de criação.

O traçado das quatro investigações constitui respostas tão provisórias quanto relevantes a questões de nosso tempo. Ao focalizarem temáticas flagrantes do cotidiano escolar e buscarem desconstruir as estratégias de poder ali subsumidas, os quatro estudos apontam um movimento espraiado de governamentalização correlacionado a outras tecnologias de poder que passam os muros escolares.

Há, nesses estudos, uma hipótese nuclear: por meio da repetição e da circularidade dos acontecimentos pedagógicos analisados, firma-se a presença inequívoca de processos de governamentalização a conformar tecnologias de si, por meio não apenas da conformação dos gestos dos protagonistas escolares, mas também pela convocação e manipulação de suas motivações *profundas*. Agora, tratar-se-ia de uma investida diuturna direcionada a um controle baseado na probabilidade e gestão dos riscos; controle que visa ao rastreamento contínuo daquilo que tende a escapar das modulações normativas prováveis, absorvendo os desígnios inconfessos das almas dos protagonistas escolares, de modo a intervir em destinos potencialmente funestos.

Daí haver, entre tais investigações, recorrências analíticas quanto às modulações normativas na atualidade escolar, materializadas na correlação dos usos e costumes pedagógicos a determinadas tecnologias subjetivadoras, essas mormente conformadas pelos saberes psi. Entretanto, vale lembrar: flagrar tais modulações normativas não se esgota num mero diagnóstico denunciativo do presente.

Em atenção ao fio da navalha entre poder e liberdade, faz-se necessário salvaguardar a tarefa ético-política imanente ao ato de pensar a educação com Foucault: recusar a simplificação das formas paradoxais de mapeamento do mundo, esforçando-se por abrigar analiticamente as forças, sejam elas afirmativas ou reativas, que atravessam os fazeres pedagógicos, bem como seus imponderáveis efeitos. Retomemos as pesquisas acima referenciadas.

Por exemplo, o conhecimento escolar canônico, ao (re)produzir verdades estratégicas, seqüestra a possibilidade de potência do pensamento, no sentido foucaultiano do termo; entretanto, é exatamente essa força de despotencialização que o convoca a estratégias de reterritorialização, instaurando um campo de múltiplas possibilidades. Também os atos indisciplinados fazem despontar a vitalidade das formas de resistência, bem como, no limite, a esgarçada do poder disciplinar, ao mesmo tempo em que revelam a irrupção de novas formas de controle cada vez mais sutis e intimidadas dos passos do alunado. De modo semelhante, as intensas demandas formativas e avaliativas funcionam como tecnologias complementares, assentando-se num investimento explicitamente pastoral. Isto é, ambas estão lastreadas por apelos subjetivantes acerca de um conhecimento de si redentor, cuja revelação só seria possível a partir de ferramentas oferecidas pelos saberes psi. No mesmo movimento, ao produzirem hipérbolos de subjetivação, tais tecnologias instituem intensas convocações individualizantes – as aclamadas *singularidades* – num nível tal de saturação que findam por abrir flanco a linhas de fuga que, decerto, atravessam a economia política dessas práticas em seus atos cotidianos.

Nesse sentido, os quatro estudos buscam interrogar a atualidade educacional com o fito de atentar às novas modulações normativas que se materializam sempre segundo a simultaneidade e a indissociabilidade características da relação poder/liberdade. Eis, aqui, sua condição mesma de existência.

Posto isso, se porventura determinado problema investigativo, de acento foucaultiano, se circunscrevesse a um diagnóstico meramente descritivo das relações de poder, o saldo inevitável seriam desdobramentos que findariam por informar ainda mais as forças de conservação que já se encontram em vantagem competitiva nas relações de poder. A radicalidade do pensamento foucaultiano exige, pois, a ultrapassagem de uma abordagem descritiva, apontando para a complexidade característica da relação poder/liberdade.

Nessa direção, em uma de suas raras referências diretas ao domínio pedagógico, Foucault provoca:

Não vejo onde está o mal na prática de que alguém que, em um dado jogo de verdade, sabendo mais do que um outro, lhe diz o que é preciso fazer, ensina-lhe,

transmite-lhe um saber, comunica-lhe técnicas; o problema é de preferência saber como será possível evitar nessas práticas – nas quais o poder não pode deixar de ser exercido e não é ruim em si mesmo – os efeitos de dominação que farão com que um garoto seja submetido à autoridade arbitrária e inútil de um professor primário; um estudante, à tutela de um professor autoritário etc. Acredito que é preciso colocar esse problema em termos de regras de direito, de técnicas racionais de governo e de ethos, de prática de si e de liberdade (2004a, p. 285).

O convite foucaultiano ao reposicionamento da questão da liberdade no âmbito pedagógico, usualmente traçada no horizonte crítico da *libertação*, faz-se imprescindível, a nosso ver. Liberdade desde sempre aí, jogando incessantemente com o poder na própria superfície dos acontecimentos. Como enfatiza Foucault, é a liberdade, e não “a interdição que permite dar conta das formas de problematização” (2004a, p. 243).

Trata-se, assim, de tentar levar ao limite a atitude ético-política de colocar em xeque os jogos de verdade e seus efeitos de subjetivação, sempre em ação. Em vez de sonhar com seu desaparecimento, trata-se de “jogar com o mínimo possível de dominação”, alerta-nos Foucault (2004a, p. 284).

Ora, as pesquisas aqui focalizadas apontam que, nos jogos de verdade da atualidade educacional, as modulações normativas conclamam exatamente o exercício de uma liberdade lastreada pela lógica da restituição humanizadora, logo emancipação tanto subjetiva quanto pedagógica. Assim, a associação entre liberdade e verdade de si (e a educação como lugar idealizado onde ambas viriam à tona) findaria por justificar um hiperinvestimento psicologizante nos modos de subjetivação como vetor privilegiado das atuais modulações normativas em sua multiplicidade.

Dá a urgência política de repensar a educação com Foucault, convocando-nos a tomar a própria liberdade como eixo problematizador, jamais como metafísica emancipatória, das formas de vida escolares.

Nessa linha argumentativa, as pesquisas aqui aludidas deflagram uma crescente racionalidade psicologizante, sempre com vistas à edificação de um homem renovado, expandido, sempre mais *consciente* de si e, por essa razão, cada vez mais *livre*, porque cada vez mais governável.

Enquanto a produção de liberdades subjetivadas por parte dos protagonistas escolares alastra-se e sofisticase, ela exige, no mesmo movimento, a tarefa inadiável do pensamento analítico na esteira de Foucault: esgarçar as linguagens dessa força colonizadora dos modos de vida escolares, forçando, assim, a irrupção de suas fissuras.

Inquirir a produção das formas de vida no presente educacional arremessamos a um desconforto fático: se as modulações normativas aí atestadas têm conduzido a marcha governamentalizadora à sua condição de excelência, caber-nos-ia concluir: onde mais na atualidade, se não na educação, poderia vicejar a promessa de “[...] felicidade, pureza, sabedoria, perfeição ou imortalidade”, de que falava Foucault? (2004b, p. 324).

Recebido em abril de 2009 e aprovado em maio de 2009.

Referências

- AQUINO, Julio Groppa. Jovens indisciplinados na escola: quem são? Como agem? In: **Anais do I Simpósio Internacional do adolescente**. São Paulo, 2005. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=msc000000082005000100002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 22 dez. 2008.
- AZANHA, José Mário Pires. **Uma idéia de pesquisa educacional**. São Paulo: EDUSP, 1992.
- CASTRO, Edgardo. **El vocabulario de Michel Foucault**. Buenos Aires: Bernal, Universidad Nacional de Quilmes, 2004.
- FIGUEIREDO, Luís Cláudio. **A invenção do psicológico: quatro séculos de subjetivação**. São Paulo: Escuta, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004a. (Ditos e escritos V).
- FOUCAULT, Michel. Tecnologias de si. **Verve**, n. 6, p.321-360, 2004b.
- FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. (Ditos e escritos IV).
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. P.231-249.
- MUSSI, Monica Cristina. **Subjetivações e formação docente: uma perspectiva foucaultiana**. Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em Educação).
- PARAÍSO, Marlucy Alves. Pesquisas pós-críticas em educação no Brasil: esboço de um mapa. **Cadernos de Pesquisa**, v.34, n.122, p. 283-303, 2004.
- PASTA DA SILVA, Adélia. **Vidas autônomas, almas controladas: avaliação como dispositivo de governamentalidade**. Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2005. Dissertação (Mestrado em Educação).
- RAMOS DO Ó, Jorge. O governo do aluno na modernidade. **Foucault pensa a educação**, 2007, p. 36-45. (Especial: Biblioteca do professor 3, *Educação*).
- RAMOS DO Ó, Jorge. **O governo de si mesmo: modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX – meados do século XX)**. Lisboa: Educa, 2003.
- RIBEIRO, Cintya Regina. **A experiência do pensamento em Michel Foucault: conversações com o campo educacional**. Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2006. Tese (Doutorado em Educação).
- ROSE, Nikolas. Inventando nossos eus. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.) **Nunca fomos humanos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. P. 137-204.
- SILVA, Tomaz T. Mapeando a [complexa] produção teórica educacional. **Currículo sem Fronteiras**, v.2, n.1, p.5-14, 2002.

SILVA, Tomaz T. (Org.) **O sujeito da educação**: estudos foucaultianos. Petrópolis: Vozes, 1994.

VAN DER HORST, Claudia; NARODOWSKI, Mariano. Orden y disciplina son el alma de la escuela. **Educación & Realidade**, v. 24, n. 1, p. 91-113, 1999.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VEIGA-NETO, Alfredo. Incluir para excluir. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos. (Orgs.) **Habitantes de Babel**: políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. P.105-118.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Crítica pós-estruturalista e educação**. Porto Alegre: Sulina, 1995.

Julio Groppa Aquino é docente da FEUSP, com mestrado e doutorado em psicologia escolar pelo Instituto de Psicologia da USP, bem como pós-doutorado pela Universidade de Barcelona. É pesquisador do CNPq.

E-mail: groppaq@usp.br

Cintya Regina Ribeiro é docente da FEUSP. Graduada em Ciências Sociais pela USP, mestre e doutora em educação pela FEUSP.

E-mail: cintyaribeiro@usp.br

